

Um Novo Olhar para o Desenvolvimento a Partir da Dimensão Social e Empreendedora: a Administração Pode Contribuir com o Debate?

Betina Beltrame, Denize Grzybovski, Dieter R. Siedenberg, Marise Schadeck, Ana Luisa Lorenzon

Resumo

Este ensaio explora os fundamentos teóricos do desenvolvimento regional nas dimensões social e empreendedora. O objetivo é revelar quão indispensável é a área de Estudos Organizacionais (EOR) contemplar o debate sobre concepção de desenvolvimento, cujo conceito é discutido em diversas áreas do conhecimento. O olhar crítico é necessário para reconhecer desigualdades socioespaciais e que o desenvolvimento não é justo, nem harmônico. O estudo sobre desenvolvimento regional, desenvolvido pelo olhar de Harvey (2003), Boisier (1999) e Julien (2010), revela que o desenvolvimento regional pode ser menos desigual e mais justo se houver “contágio empreendedor”. Para tanto, a ciência da administração pode contribuir ao considerar que na região de estudo há pessoas e que estas promovem, continuamente, transferência de conhecimentos num processo interativo, mas com um olhar multiparadigmático, que contempla, pelos menos, a sobreposição da teoria crítica com o interpretativismo. Este é um desafio para a evolução das correntes teóricas, orientadoras dos estudos sobre desenvolvimento regional.

Palavras-chave

Desenvolvimento Regional. Empreendedorismo. Contágio Empreendedor.

Abstract

This paper explores the theoretical foundations of regional development in the social and enterprising dimensions. The aim is to reveal how indispensable the area of Organizational Studies (EOR) is when contemplating the debate on development design, whose concept is discussed in various fields of knowledge. There is need of critical view to recognize spatial and social inequalities and that the development is not fair, nor harmonic. Harvey (2003), Boisier (1999) and Julien (2010) reveal that development can

be more equal and fairer if there is “contagion entrepreneur”. Therefore, management science can contribute by considering that, within the study area, there are people and that they continually promote transfer of expertise in an interactive manner, with a multiparadigmatic perspective, which concerns on the overlap of critical theory with interpretivism. This is a challenge to the evolution of the theoretical currents that guide the studies on regional development.

Keywords Regional Development. Entrepreneurship. Contagion Entrepreneur.

INTRODUÇÃO

A reflexão deste ensaio parte de fundamentos teóricos do desenvolvimento regional, os quais são interdisciplinares, com o propósito de incluir as dimensões social e empreendedora no debate e discutir como a ciência da Administração pode contribuir. O olhar é crítico; contudo, para elaborar uma apreciação nesse campo, é preciso reconhecer que há desigualdades socioespaciais e que o desenvolvimento não é justo, nem harmônico. Para tanto, recorre-se ao pensamento de David Harvey, Sérgio Boisier e Pierre-André Julien, os quais afirmam ser o desenvolvimento regional desigual, mas também que pode ser mais justo e ter as desigualdades reduzidas. Julien (2010) entra nesse debate com a proposta de construção de um meio (*milieu*) em que haja a socialização dos conhecimentos dos empreendedores locais numa perspectiva de “contágio empreendedor” e Harvey (2005) argumenta que isso é possível se os administradores públicos (“das cidades”) adotarem comportamento empreendedor. Desse debate, nasce uma concepção de desenvolvimento com empreendedorismo regional, o qual se entende que deve ser um olhar da ciência da Administração para as questões do *milieu*, do entorno e do espaço.

O presente texto tem por objetivo revelar quão indispensável é o debate na área de estudos organizacionais (EOR) sobre uma concepção de desenvolvimento, cujo conceito já é discutido em diversas áreas do conhecimento (Economia, Política, Meio Ambiente, por exemplo). As teorias sobre o desenvolvimento trazem uma perspectiva interdisciplinar com vistas a contemplar diferentes saberes, razão pela qual se tem produzido pesquisas em vários campos do conhecimento e gerado conceitos amplos, complexos, quando não abstratos e distantes da realidade, capazes de produzir críticas de diferentes dimensões, especialmente as relacionadas à visão mais específica sobre o espaço que se pretende desenvolver, como o fazem os autores mencionados. Contudo, a área de EOR no âmbito da ANPAD encontra-se ausente deste debate.

Historicamente, é possível identificar aspectos que indicam os efeitos do desenvolvimento por meio das transformações percebidas nas pessoas, nas organizações, nos espaços geográficos, nas economias e nas políticas, uma vez que a unanidade se apresenta e se desenvolve numa perspectiva histórica (ADORNO, 1995). A globalização aprimorou e expandiu as formas

de trabalho e os processos de produção de bens de consumo e provocou efeitos positivos e negativos na dinâmica das regiões, o que Harvey (2010) muito bem discute pela perspectiva da “organização para a transição anticapitalista”. Por um lado, ocorreu o crescimento das diferenças sociais e econômicas entre os mais ricos e os menos favorecidos, promovendo desigualdade no seu interior. Por outro lado, ampliou-se a oferta de produtos e permitiu-se que mais pessoas tivessem acesso a bens que antes não conheciam (NASCIMENTO; VIANNA, 2009). Ao mesmo tempo, surgiram questionamentos ao pertencimento de determinados espaços, lugares e territórios, tendo em vista que a dimensão espacial do desenvolvimento das sociedades também sofreu alteração (NICOLAS, 1995), em razão do aprimoramento das tecnologias da informação e da comunicação.

O foco deste ensaio teórico é o desenvolvimento regional. Há autores, como Arrighi (2007) e Chang (*apud* VARELA, 2006), que tratam do tema desenvolvimento, mas em níveis nacionais e internacionais mais abstratos. Contudo, suas concepções também vêm ao encontro da presente discussão. Ha-Joon Chang (*apud* VARELA, 2006), um economista coreano, que tenta revitalizar os debates na área de desenvolvimento econômico, explora a questão do desenvolvimento e a globalização e conclui que, se os países desenvolvidos tivessem mesmo adotado as políticas que recomendam aos países em desenvolvimento, não seriam o que são hoje. Da mesma forma, Arrighi (2007, p. 14) estuda a globalização atrelada ao desenvolvimento desigual e explicita que “uma alternativa é que os governos possam competir, não para fazer concessões cada vez mais extravagantes ao capital, mas para oferecer educação, saúde e qualidade de vida, de modo a tornar seus cidadãos mais produtivos”. Assim o fazendo, traz o social para o debate no econômico, explora a competição típica do capitalismo, ao mesmo tempo em que contempla um adequado sistema social (HARVEY, 2010).

As dimensões do desenvolvimento aqui descritas não se encontram presentes na maioria das pesquisas brasileiras sobre o tema (NATAL, 2012), pois maior atenção é dada à dimensão econômica, explicada, não raras vezes, por volume de investimentos realizados ou de recursos produzidos no interior de uma região. As dinâmicas socioeconômicas de regiões não aparecem nesses estudos e produzem imagens equivocadas do objeto analisado; apenas uma aproximação, que Boisier (1999) entende ser uma construção mental muito mais do que uma realidade objetiva. Assim, argumentamos em favor de um novo olhar sobre o desenvolvimento regional, aquele que contempla a análise das dinâmicas sociais e econômicas propostas no conceito de desenvolvimento desigual de Harvey (1982), bem como traz as questões das desigualdades socioespaciais para o centro do debate. Acrescenta-se à análise o reconhecimento formulado por Boisier (1999) de que as desigualdades da sociedade podem ser reduzidas com mais informações disponíveis às pessoas, mas desde que isso seja transformado em conhecimento sem que haja uma relação de dominação/dependência, ou seja, em relações cooperativas (BOISIER, 1996). Entende-se que é aqui onde entra a contribuição teórica de Julien (2010), quando traz a dimensão da “ação coletiva” para explicar que é possível promover um “contágio” de competências, capacidades, experiências, conhecimentos, espírito e atitudes empreendedoras das pessoas no *milieu*.

A exposição das ideias neste ensaio teórico está organizada em duas seções principais,

além desta introdução e das considerações finais. Primeiramente, são apresentadas as diferentes concepções sobre desenvolvimento. A seção seguinte contempla outras possibilidades teóricas para discutir o desenvolvimento. Utilizam-se as concepções de: (a) David Harvey, para discutir a concepção de desenvolvimento desigual; (b) Sérgio Boisier, com o desenvolvimento mais harmônico; e (c) Pierre-André Julien, para contemplar o debate pela perspectiva dos estudos organizacionais (EORs), com a inclusão da variável empreendedorismo e interpretação da dinâmica do “contágio empreendedor” na região da qual se fala. Tais articulações visam qualificar as investigações sobre desenvolvimento regional na tentativa de superação do distanciamento dos estudos da dimensão social.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Aspectos Conceituais

Como ponto de partida, faz-se necessário abordar diferentes teóricos e suas concepções sobre o desenvolvimento, as quais possam embasar e focar o problema deste estudo. Desta forma, é necessário também resgatar um pouco da trajetória do conceito de desenvolvimento, uma vez que este termo apresenta diferentes nuances que surgem a partir do reconhecimento dos “limites do crescimento” (MEADOWS *et al.*, 1972), como o desenvolvimento como liberdade (SEN, 2000), o desenvolvimento econômico local (BARQUERO, 2001), o desenvolvimento sustentável (SACHS, 2008).

Do início da Antiguidade ao princípio da Idade Moderna, o conceito de desenvolvimento esteve fortemente arraigado à antropologia e à teologia. Já durante o século XVII, pensou-se desenvolvimento associado à questão de mudanças sequenciais. E, no contexto da filosofia progressista, foi atribuída a ideia de movimento, processo, mudança e libertação. Durante o imperialismo, o termo pode assumir um sentido de transição, ou seja, o ajustamento das tradições milenares com vistas ao progresso e à modernização do mundo ocidental (SIEDENBERG, 2004).

Latouche (1994) destaca que, no processo de ocidentalização, surgiu a necessidade de um ajustamento dos conceitos de desenvolvimento até então conhecidos, com a finalidade de se obter modelos para o mundo ocidental. Contudo, foi na década de 1950 que o conceito de desenvolvimento se consolidou, associado a sua aplicação em estratégias e políticas públicas. A partir de então, o debate se proliferou nas diferentes áreas do conhecimento, o que possibilitou novas posições sobre o assunto.

Para além, dos significados e ênfases do conceito no decorrer da história, o desenvolvimento da humanidade pode ser constatado de forma incontestável nos inúmeros e enormes avanços sociais, econômicos, políticos e técnicos que diferenciam as sociedades primitivas das pós-modernas e que continuam ocorrendo com velocidade e abrangência cada vez maior (SIEDENBERG, 2004, p. 13).

Após a Segunda Guerra Mundial, questões como classe social, divisão do trabalho, mais valia, meios de produção, capital, lucro e mercados permeavam o restabelecimento da ordem

econômica da época, questões presentes já na obra de Smith (1999), e que hoje ainda são utilizadas na compreensão do desenvolvimento. Contudo, foi a partir das investigações de Schultz (1965) que o desenvolvimento foi pensado a partir da dimensão humana. Em 1982, David Harvey começa a discutir outra concepção de desenvolvimento pela perspectiva da desigualdade socioeconômica, denominando-o de “desenvolvimento desigual e combinado”. Este debate teórico encontra-se publicado no livro *The Limits to Capital* e, nele, Harvey (1982) expõe a sua noção de desenvolvimento a partir dos estudos de Leon Trotsky, ganhando um significado mais preciso por representar uma tentativa de superação da dimensão econômica pura e simples no desenvolvimento, para a inclusão de relações sociais de produção nas formações sociais periféricas, de forma a desvelarem contradições no seu interior. Na sequência da construção do conceito, e com a interpretação de David Harvey, os contornos teóricos do desenvolvimento passam a revelar a natureza geográfica da desigualdade entre as regiões.

A teoria do desenvolvimento geográfico desigual, uma corrente teórica que deriva da lei do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky (*apud* HARVEY, 1982), “constitui uma tentativa teórico-metodológica que busca captar a espacialidade do desenvolvimento desigual, portanto, a natureza especificamente geográfica da desigualdade socioeconômica entre regiões e países” (THEIS, 2009, p. 245), bem como uma tentativa de propiciar uma concepção de desenvolvimento que contemple a noção de espaço como relativo e relacional (HARVEY, 2006).

Nesta perspectiva, Boisier (1996, p. 131) ressalta “a importância da sinergia como fundamento do desenvolvimento regional endógeno e, sobretudo, como base da capacidade local e regional de inovação, peça chave do desenvolvimento contemporâneo”. Sua ideia explora a dimensão subjetiva do *milieu* descrito por Julien (2010), ao evidenciar quão importante é ocorrer um processo local de troca de conhecimentos, compartilhamento de experiências, para criar a tal sinergia (“redes regionais de interação sinérgica”). É um processo de reintegração das funções-chave para a inovação, as quais foram retiradas pela especialização funcional das regiões, na interpretação de Boisier (1996).

Com esse olhar sobre o desenvolvimento, numa tentativa de superação da visão linear da perspectiva econômica e aproximação da perspectiva social e espacial pelo viés teórico dos estudos organizacionais, na sessão seguinte, opta-se por aprofundar a investigação. Serão exploradas as correntes teóricas do desenvolvimento contemporâneo, em especial as que perpassam os sujeitos e a dinâmica empreendedora regional.

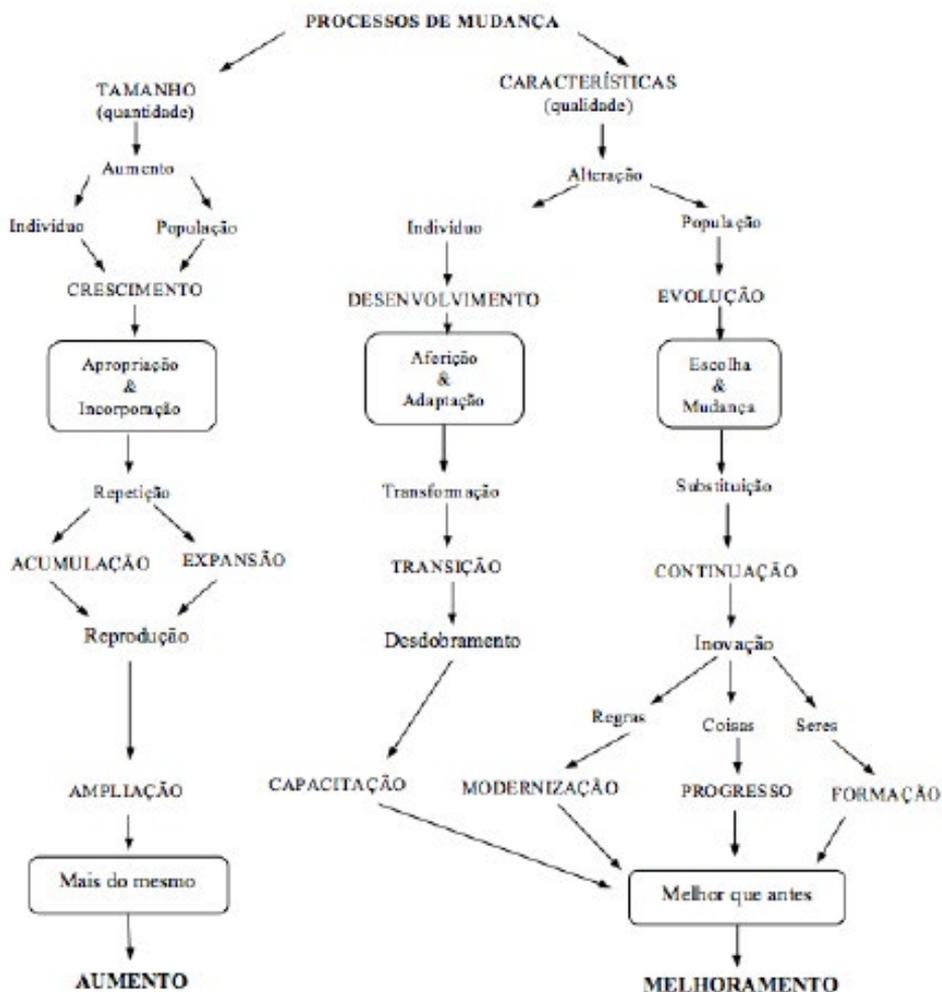
A Dimensão Social na Compreensão do Desenvolvimento Regional

Schultz (1965), nos seus estudos sobre a agricultura, de certa forma, foi um dos primeiros estudiosos que identificou a importância do investimento em pessoas para o desenvolvimento quando escreve, “é necessário investir no pessoal do campo” (SCHULTZ, 1965, p. 197), mesmo que, para a época em que identificou tal necessidade, os investimentos nessa área de capacitação fossem muito onerosos. Pensando na cultura do campo, Schultz (1965)

acreditava que a instrução para as pessoas traria pequena contribuição e, na melhor hipótese, ajudaria na questão da alfabetização.

Esse pensamento foi superado por Furtado (1996), quando descreve que o processo de acumulação de riquezas sem contemplar o social amplia o fosso entre as minorias ricas e a maioria desprovida de renda, que também separa países ricos de países pobres, permitindo que se trate o desenvolvimento como mito no contexto da década de 1970. É preciso considerar que essa abordagem de Furtado (1996) não estava livre de críticas, dentre as quais o fato dela se restringir ao campo das ideias em razão de questões políticas.

Figura 1 - O conceito de desenvolvimento num contexto epistêmico-sistemático



Fonte: Siedenberg (2004, p. 19).

Na interpretação de Veiga (2006, p. 30):

O mais importante é que a idéia de desenvolvimento está no cerne da visão de mundo que prevalece em cada época. Nela se funda o processo de invenção cultural que permite ver o homem como um agente transformador do mundo, disse Furtado um quarto de século depois, na apresentação da terceira edição revista de um de suas obras primas: *Introdução ao desenvolvimento*.

O processo de invenção social descrito por Veiga (2006) implica a compreensão dos processos sociais de mudança vinculados ao desenvolvimento regional, que envolvem conhecer tamanho (quantidade) e características (qualidade), assim como provoca processos igualmente distintos, sejam de crescimento, desenvolvimento ou evolução de uma região. Um esquema explicativo do conceito de desenvolvimento proposto por Siedenberg (2004), num contexto epistêmico-sistemático, deixa claro o desdobramento dos conceitos de crescimento, desenvolvimento e evolução. As mudanças, por exemplo, podem ser de ordem quantitativa ou qualitativa e dizem respeito tanto às questões individuais como coletivas, diferenciando-se pela forma (SIEDENBERG, 2004). A observação dessas diferenças propicia maior clareza conceitual, como se pode visualizar na Figura 1 (pág. 88).

Como o termo desenvolvimento é originário de conceitos que vêm da Biologia, pode-se observar as diferenças, as variações e os mecanismos existentes nos processos de mudanças (SIEDENBERG, 2004). Desta forma, desenvolvimento adquire a concepção de:

[...] mudança da capacidade individual no decorrer de sua própria biografia, ou seja, o desenvolvimento é consequência natural da aplicação de um mecanismo de assimilação e adaptação de habilidades individuais e pré-existentes às necessidades postas; uma espécie de upgrade de habilidades. Normalmente estas mudanças individuais ocorrem em etapas diferenciadas de transições, de acordo com fases típicas de cada espécie [...] e correspondem a um desdobramento de habilidades no sentido de o indivíduo conseguir fazer frente às situações adversas de cada fase. [...] o mecanismo de assimilação e adaptação também se aplica às experiências abstratas vividas pelo indivíduo (SIEDENBERG, 2004, p. 20).

Furtado (1996) questiona se é possível admitir um modelo que projete a economia mundial, baseado somente na observação do comportamento histórico das atuais economias industrializadas e com suas estruturas, uma vez que essa visão ignora a especificidade do fenômeno subdesenvolvimento. Conseguir identificar a natureza do subdesenvolvimento não é algo fácil, uma vez que muitas são as suas dimensões, e as visíveis nem sempre são significativas. O subdesenvolvimento não tem nada a ver com o tempo de existência de uma sociedade, mas pode medi-lo: “É o grau de acumulação de capital aplicado aos processos produtivos e o grau de acesso ao arsenal de bens finais que caracterizam o que se convencionou chamar de estilo de vida moderno” (FURTADO, 1996, p. 17).

A crescente hegemonia das grandes empresas tende à acumulação e, por conseguinte, a homogeneização dos padrões de consumo nas economias industrializadas. Já nas economias periféricas, há um distanciamento das formas de vida de uma minoria privilegiada em detrimento da maioria da população. Desta maneira, alguns fatores serão decisivos em

detrimento de outros para a determinação da taxa de crescimento demográfico, como por exemplo, o acesso às terras produtivas àqueles países que têm como subsistência a agricultura (FURTADO, 1996).

O mesmo autor defende que o crescimento depende menos da introdução de novos produtos e mais da distribuição do uso de produtos mais conhecidos. Desta forma, a concentração de renda em países de mais alto nível de consumo provoca aumento de pressão sobre os recursos não reprodutíveis. Sendo assim, é relevante observar que as desigualdades do desenvolvimento de países periféricos acentuam-se mais dentro deles mesmos do que se comparadas aos países melhor posicionados economicamente. Então, se a grande maioria da população dos países periféricos tivesse que viver a partir dos parâmetros dos países desenvolvidos, não sobreviveria, pois suas rendas não seriam suficientes para os elevados padrões de consumo. Os excluídos do sistema constituem-se, assim, como um grande entrave para a evolução do sistema.

Quaisquer que sejam as novas relações que se constituem entre os Estados dos países periféricos e as grandes empresas, a nova orientação do desenvolvimento teria de ser num sentido muito mais igualitário, favorecendo as formas coletivas de consumo e reduzindo o desperdício provocado pela extrema diversidade dos atuais padrões de consumo privados dos grupos privilegiados (FURTADO, 1996, p. 87).

Cabe, então, observar que a globalização acaba por refletir na produção, direta ou indiretamente, do que é efêmero e volátil. Isto provoca a tentação para o consumo. O que se pensa então é: O homem trabalha para viver ou este trabalho apenas lhe proporciona o necessário para consumir? A durabilidade não é mais exigida e sim o esquecimento, a fim de aumentar o consumo. É a sedução atuando como uma poderosa arma para o novo momento da sociedade de consumo para a qual as prioridades mudaram.

Nas palavras de Bauman:

[...] os equipamentos eletrônicos, não muito tempo atrás alinhados entre os bens mais valiosos e duráveis, são agora eminentemente descartáveis e feitos para virar lixo – e rapidamente. As empresas de marketing aceleram seu trajeto rumo à obsolescência “tornando os produtos permanentemente defasados ou criando a impressão de que, se não se mantiver em dia, você é que será defasado” (BAUMAN, 2005, p. 77).

Nessa mesma perspectiva, Sen (2010) também aponta a enorme assimetria que existe entre as potencialidades do planeta e a vida dos seres humanos. Boa parte da população ainda é marcada pela pobreza e pela privação, não justo pensar que algumas pessoas apenas possam obter grandes benefícios com a globalização, enquanto o restante fica à margem da sociedade. Para o autor, todos devem ter acesso à prosperidade, seja ela social, econômica ou ecológica, porém uma não exclui a outra; é desejável a complementaridade.

Harvey (2010), numa perspectiva crítica ao capitalismo, afirma que se busca um modo de vida completamente diferente tanto de produção como de distribuição de bens e serviços numa tentativa de superação do desenvolvimento desigual resultante de práticas capitalistas

pelo mundo, mas que também fazem surgir movimento anticapitalista por todos os lados. O custo de vida despendido pelo alto grau de consumo impossibilitará que os países periféricos possam, em algum momento, desenvolver-se a partir desses padrões de grandes disparidades de consumo de bens. Dessa forma, a ideia de desenvolvimento econômico desvia a atenção da “identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos, como são os investimentos, as exportações e o crescimento” (FURTADO, 1996, p. 89).

As políticas de desenvolvimento baseiam-se muito em indicadores socioeconômicos, uma vez que esses permitem analisar e comparar regiões, justificar estratégias e amparar decisões políticas (BOISIER, 1996). Porém, indicadores de desenvolvimento devem ser entendidos sempre como uma unidade de medida parcial, substitutiva, exceto se “incluir a população na dupla condição: de equidade e participação” (BOISIER, 1996, p. 118). Além do mais, tais unidades somente se configuram como um indicador quando se inserem num contexto teórico-metodológico que lhes empresta algum significado. Nas pesquisas e, sobretudo, na política, os indicadores têm a finalidade de quantificar determinada concepção de desenvolvimento (SIEDENBERG, 2003).

As concepções teóricas aqui discutidos revelam que o crescimento, a evolução e o desenvolvimento são constructos distintos e, por conseguinte, requerem estratégias de ação igualmente distintas. Dessa forma, afirma-se que desenvolvimento pode ser um constructo utilizado de forma errônea e, de tal amplitude é seu significado, que pode ser por si só incapaz de dar credibilidade ao contexto no qual está sendo utilizado. Isso talvez decorra do fato de a palavra desenvolvimento carregar consigo a ideia de algo positivo. Como afirma Sachs (2000), é uma concepção enraizada por mais de dois séculos na sociedade, mas que requer um novo olhar capaz de promover rupturas à organização e ações políticas em detrimento do desenvolvimento desigual.

Na política existe a capacidade de se construir hegemonia (THEIS, 2009) por meio de jogos de linguagem e verdades construídas socialmente. Assim é a concepção sobre desenvolvimento regional pela dimensão social. O debate até aqui estabelecido entre os teóricos revela uma busca incessante em discutir acumulação de capital, distribuição de riquezas, centro em oposição à periferia, renda e consumo, produção e distribuição de novos produtos evidenciando que há uma dicotomia entre o que se pensa ser social e o que efetivamente se deseja como desenvolvimento regional contemplando a dimensão social.

Por isso, advoga-se em favor do debate sobre o desenvolvimento regional pela construção de um novo olhar, mais crítico e reflexivo sobre as desigualdades produzidas nos espaços geográficos (não entre os espaços!), de forma que capte a natureza dessa desigualdade e formule orientações para a organização do *milieu* e a implementação de ações políticas menos desiguais.

NOVAS POSSIBILIDADES TEÓRICAS PARA DISCUTIR DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Nesta sessão, novas possibilidades teóricas para discutir o desenvolvimento regional são apresentadas com o objetivo de integrar as reflexões até então apresentadas. Porém, agora dando maior ênfase aos teóricos Boisier (1999), Harvey (2003) e Julien (2010).

Harvey (2003) estuda a questão do desenvolvimento a fim de pensar outra forma de organização econômica, política e social, entendendo que as dinâmicas sociais e econômicas “são resultados de processos conflituosos e contraditórios” (p. 410), pelas especificidades culturais e sociais, acumulação capitalista, regras de estado e condições naturais. O referido autor combate o capitalismo ancorado na ideia de que ele aumenta a desigualdade social, acelera a destruição do meio ambiente, aumenta a corrupção e a alienação do cidadão, produzida pela mídia.

Suas ideias acerca do desenvolvimento partem de duas categorias, segundo o autor, básicas da existência humana: espaço e tempo. Essas categorias interferem na vida e no poder social e, a partir disso, ele responsabiliza o espaço e o tempo como fatores que contribuem para a transformação social e, inclusive, a desigualdade e o capitalismo, onde concentra suas críticas. Harvey (2003, p. 189) reconhece: “a multiplicidade das qualidades objetivas que o espaço e o tempo podem exprimir e o papel das práticas humanas em construção”.

Como conceito de tempo, ele apresenta a concepção subjetiva, de uma série de sentidos – movimentos cíclicos, repetitivos, mas também traz a concepção de Hareven (1982 *apud* HARVEY, 2003) sobre o “tempo da família – o tempo implícito em criar filhos e transferir conhecimento e bens entre gerações através de redes de parentesco” (p. 188), os quais oferecem segurança para a vida humana, num mundo que visa o progresso, mas que podem gerar conflitos. O espaço é considerado como um fator da natureza e também apresenta uma série de sentidos do cotidiano, trazendo concepções diferentes na sociedade. O autor exemplifica que estas concepções diferentes de espaço também geraram conflitos, em momentos de acordos territoriais. Esses conflitos de espaço e tempo podem ter raízes nos processos político-econômicos.

As concepções de tempo e espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social. Ademais, é necessário investigar as “sucessivas revoluções em tecnologia, relações espaciais, relações sociais, hábitos de consumo, estilos de vida etc., características da história capitalista” (HARVEY, 2005, p. 166), para compreender a dinâmica do desenvolvimento geográfico desigual. Considera-se também que “as práticas e processos materiais de reprodução social se encontram em permanente mudança” (HARVEY, 2003, p. 189).

Harvey, em 1985, propõe que os governos deveriam ser mais inovadores e empreendedores a fim de explorarem todas as possibilidades de enfrentamento contra as situações de crise e assegurar um futuro melhor para suas populações (“empreendedorismo urbano”). Porém, a dificuldade estaria em saber qual seria a melhor alternativa para que isso pudesse ser realizado. O autor acrescenta que, nas últimas décadas, “parece haver um consenso geral

emergindo em todo o mundo capitalista avançado: os benefícios positivos são obtidos pelas cidades que adotam uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico” (HARVEY, 2005, p. 167), pois competem por recursos e buscam diferenciar-se entre si.

Cita-se Theis (2009, p. 246), para reforçar a ideia de que:

[...] não se trata da desigualdade socioeconômica entre espaços geográficos em geral, mas da produzida pelo capitalismo. Em outros termos: é a geografia do desenvolvimento desigual especificamente capitalista que importa aqui. E esta principia pela diferenciação do espaço geográfico que resulta dos processos sociais cotidianos.

Nos espaços urbanos, Harvey (2005) aponta a necessidade dos administradores das cidades disputarem recursos para realizar suas funções, o que provocou a competição entre cidades para maximizar suas potencialidades e atraírem ainda mais recursos. Essa perspectiva analítica do desenvolvimento com foco na diferenciação é compreendida na administração estratégica como vantagem competitiva e remete ao pensar sobre as diferentes abordagens teóricas para discutir empreendedorismo.

No Quadro 1 encontram-se dispostas as diferentes abordagens do empreendedorismo sistematizadas por Julien (2010), contemplando as dimensões do empreendedor, da organização e do ambiente, o qual também pode ser compreendido como “meio” ou “território”.

Quadro 1 – As diferentes abordagens teóricas do empreendedorismo

ABORDAGEM	O EMPREENDEDOR	EMPRESA OU ORGANIZAÇÃO	AMBIENTE OU MEIO TERRITORIAL
Antropológica, psicológica ou behaviorista	Suas características (sua personalidade)	Pessoal e centralizada	Pessoal ou não considerado
Sociológica	Um criador de organização	Associada a outras organizações e à sociedade	A organização é parte do tecido industrial
Geográfica ou de economia regional	Um dos principais atores, mas não o único	Elementos de diversificação ou não	Fortes laços com o meio e vice-versa
Econômica	Simple agente econômico	Parte da estrutura setorial e resposta às necessidades do mercado	O dinamismo da empresa parte da conjuntura e de outros ciclos econômicos de médio e longo prazo.

Fonte: Julien (2010, p. 26).

Outro aspecto abordado por Harvey (1980), que vai ao encontro da questão espaço e tempo, é a questão da justiça social, uma vez que esse conceito não é considerado na análise dos métodos geográficos. Em decorrência disso, não se dá a devida atenção às consequências

das decisões em relação à distribuição de renda e a proposição harveyiana é a favor de uma teoria de alocação espacial ou territorial baseada em princípios de justiça social. Contudo, o autor aponta que não é produtivo organizar uma distribuição justa se o volume do produto a ser distribuído diminui a partir do mau uso dos recursos que, muitas vezes, são até mesmo escassos (HARVEY, 1980).

Na interpretação de Faé e Flores (2012, p. 410):

A abordagem de David Harvey permite compreender que as dinâmicas sociais e econômicas de uma região são resultado de processos conflituosos e contraditórios. Tais processos incluem aspectos como os imperativos da acumulação capitalista, a reorganização do espaço, a compressão do tempo, as especificidades culturais e sociais, as regras de Estado e o ambiente natural da região. Mostra, portanto, que a produção material e a produção da vida em comunidade acontecem de forma conflituosa, resultando em uma configuração regional específica e transitória. Assim, esta abordagem permite compreender de forma mais fiel a realidade do lugar, mostrando e valorizando suas diversas faces.

Ademais, a justiça social deve ser pensada como um princípio para resolver direitos que divergem. “A justiça social é uma aplicação particular de princípios justos e conflitos que surgem da necessidade de cooperação social na busca do desenvolvimento individual” (HARVEY, 1980, p. 82). Desta maneira, busca-se avaliar as distribuições, bem como identificar formas de distribuição. O que se tenta distribuir de forma igual é a “renda”, entendida como domínio sobre os recursos escassos da sociedade, a partir do que os indivíduos fazem de reivindicações da sociedade em que estão inseridos (HARVEY, 1980).

Theis (2009, p. 245), então, reforça a ideia de que o que distingue a lei do desenvolvimento desigual e combinado (abordagem trotskista) do desenvolvimento geográfico desigual (abordagem de David Harvey e Neil Smith) é:

[...] enquanto a preocupação da primeira está em explicar por que uma formação social periférica/atrasada, cujas forças produtivas não estão desenvolvidas e nem sob o controle de uma burguesia nacional consolidada, pode experimentar uma revolução política; a segunda constitui uma tentativa teórico-metodológica que busca captar a espacialidade do desenvolvimento desigual, portanto, a natureza especificamente geográfica da desigualdade socioeconômica entre regiões e países.

Então, a teoria que pretende discutir o desenvolvimento menos desigual, contemplando a noção de espaço e de contágio empreendedor, e explicar a dinâmica empreendedora de regiões ainda está em construção, enquanto a teoria da evolução permanente já está consolidada (THEIS, 2009). Ambas derivam da lei do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky (*apud* THEIS, 2009). Nesse sentido, entende-se válida a tentativa de incluir a noção de contágio empreendedor à noção espacial já contemplada no pensamento de David Harvey e ampliar o debate sobre o desenvolvimento contemporâneo pela natureza geográfica da desigualdade nas regiões.

Para estudar desenvolvimento regional, **é preciso** perceber a dinâmica social que ocorre no seu interior. Cumpre também analisar as políticas públicas e seus resultados efetivos pela dimensão social sem, contudo, ignorar ou subestimar a dinâmica econômica. Para tanto, é pertinente definir região, o que se sugere que seja feito com base nos conceitos apresentados por Boisier (1996). Esse autor traz a concepção de “região pivotal, definida como o menor território organizado que, simultaneamente, apresenta atributos de complexidade sistêmica, cultura (capaz de gerar identidade) e resiliência” (BOISIER, 1996, p. 121).

Boisier (1997) destaca que os principais agentes do crescimento endógeno são as pessoas, moradoras das regiões, pois são elas as que determinam a acumulação do capital, assim como o progresso da tecnologia. Sob o olhar focado nas pessoas, o referido autor constrói o conceito de desenvolvimento regional endógeno como: “se refere a pessoas de carne e osso e não categorias abstratas e definitivas” (p. 50). Ademais, o desenvolvimento é um processo decisório bastante complexo, sendo que quem toma tais decisões são pessoas com alguma representação na sociedade mantendo entre si relações de confiança e sinergia.

Na verdade estamos dizendo simplesmente que o desenvolvimento depende da interação, isto é, da conectividade e da interatividade entre vários (muitos) fatores e processos de menor escala, por exemplo, da cultura, de relações de confiança, do papel das instituições, da justiça, da liberdade, do conhecimento socializado na comunidade, do conhecimento e da destreza incrustados nas pessoas, da saúde, dos sentimentos e das emoções que acolhem e direcionam uma suposta racionalidade instrumental, da autoconfiança, de elementos simbólicos que constituem formas de poder, etc., etc. (BOISIER, 2003, p. 577).

Então, as concepções teóricas de Boisier (1996) e Harvey (2003) até aqui apresentadas alinham-se aos estudos desenvolvidos por Julien (2010) pela natureza geográfica da desigualdade entre as regiões, que traz em seu bojo a noção espacial do desenvolvimento. É a concepção de contágio empreendedor de Julien (2010) que abarca o estudo do desenvolvimento regional como sendo resultado de uma ação coletiva e vinculado à dinâmica do contexto, não mais em ato isolado, como propunha o conceito clássico de empreendedorismo (SCHUMPETER, 1988). Dessa forma, afirma Julien (2010), o desenvolvimento regional pode ser produzido pelo contágio empreendedor, que pode ser promovido por meio de redes inteligentes, capital social e, também, pela circulação de informações e conhecimentos. A informação e sua transformação em conhecimentos discriminados na sociedade é um modo de reduzir a incerteza, a ambiguidade e alimentar a inovação no *milieu*, fator muitas vezes decisivo para o sucesso das organizações. Na visão desse mesmo autor, a realidade das organizações é resultado do ambiente que as cerca, da cultura do empresário e empreendedor, de suas famílias e da sociedade da qual o empreendimento por eles criado faz parte.

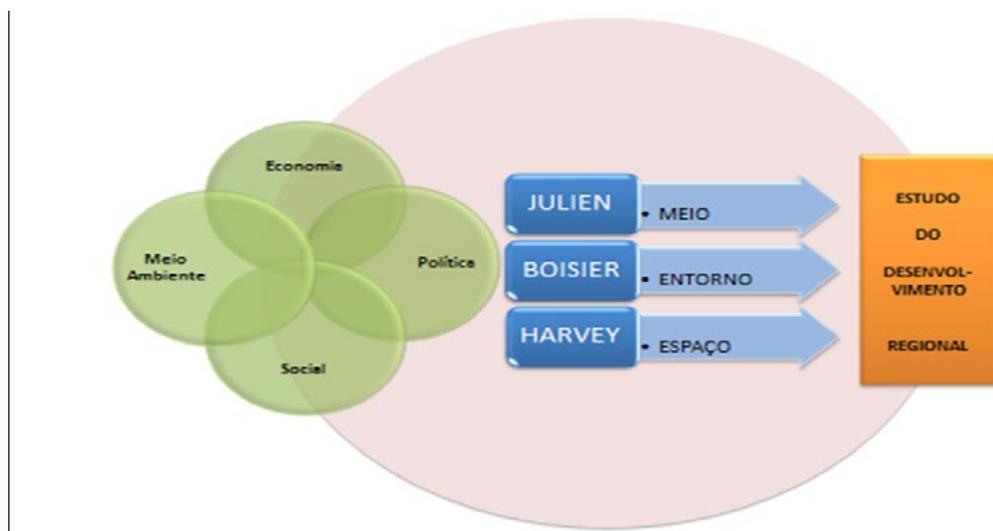
O contágio empreendedor proposto por Julien (2010) pode ser compreendido a partir de etapas. Sendo assim, primeiramente, é necessário observar se há, na região, empreendedores capazes de compartilhar suas experiências, além de serviços de transporte e de manutenção de equipamentos, ou seja, se existe uma rede de suporte. O Estado, por sua vez, deve definir o alvo, conectar, apoiar, estimular e facilitar. Deve, assim, reconhecer e definir os atores de mudança (empreendedores e empresas) para, posteriormente, auxiliar e desenvolver redes

que conectem as informações produzidas pelos estudiosos com os que delas necessitam. Há a necessidade de o Estado fornecer auxílios, como financiamentos e técnicos adaptados à necessidade de cada região, além de incentivar constantemente a inovação, a fim de facilitar a aprendizagem dos envolvidos nesse círculo virtuoso de desenvolvimento. “Uma região aprendiz deve sistematicamente basear seu desenvolvimento no conhecimento e na inteligência humana. Ela deve, portanto, fazer a adequação entre espírito empreendedor, recursos de qualidade, competências diversas e informação rica” (JULIEN, 2010, p. 316). Contudo, “se as regiões podem todas tornar-se aprendizes para se distinguir das outras e ser cada vez mais competitivas, o caminho que empregam para chegar a isso e os resultados que obtêm costumam diferir, pois os atores e as condições jamais são os mesmos” (JULIEN, 2010, p. 318).

Concentram-se, então, esforços no sentido de incluir no debate conceitos de desenvolvimento regional mais harmônico. As reflexões indicam que existem diferentes olhares sobre o desenvolvimento, mas David Harvey é quem conduz o debate para o desenvolvimento associado à redução das desigualdades da sociedade. Indo ao encontro dessa ideia, Boisier (1999, p. 317) acrescenta que “mesmo que as informações estivessem disponíveis, não é claro que elas pudessem ser transformadas em conhecimento capaz de desvendar a complexidade e a subjetividade do desenvolvimento”.

A Figura 2 ilustra as possibilidades teóricas e os novos constructos para discutir desenvolvimento regional a partir do seu entorno, representado pelo círculo. O espaço que o pesquisador pretende investigar – a região – é permeado por quatro perspectivas mais visíveis e investigadas, representadas pelos círculos, a saber: economia, meio ambiente, política e social, o que contribui sobremaneira para pensar num mundo mais harmônico, mais justo e com menos desigualdade.

Figura 2 – Esquema analítico para o estudo do desenvolvimento regional



Nessa perspectiva analítica, a dinâmica interna da região contempla o potencial empreendedor das pessoas “de carne e osso” (BOISIER, 1997) e os aspectos subjetivos das relações interpessoais que ocorrem no espaço, as quais estão representadas na figura pelos constructos “meio”, “entorno” e “espaço”, explorados individualmente nos estudos de Julien (2010), Boisier (1996) e Harvey (2003). Contudo, é preciso ter “responsabilidade endógena da região” (BOISIER, 1997, p. 75) de forma a maximizar as potencialidades de ganho e criar conhecimentos pertinentes, orientados por uma “política nacional de desenvolvimento regional” (BOISIER, 1997, p. 74), com vistas a evitar a descentralização descontrolada.

Sendo assim, estudar a questão do desenvolvimento menos desigual de Harvey (1980, 2003 e 2005) e o desenvolvimento mais harmônico de Boisier (1999), o qual contempla pessoas, transferências contínuas de conhecimentos e num processo interativo, implica também em discutir o empreendedorismo regional pela perspectiva do “contágio empreendedor” que ocorre no *milieu*, na interpretação de Julien (2010). Este é um desafio para a evolução das correntes teóricas, orientadoras dos estudos sobre desenvolvimento regional, pois perpassa os quadrantes paradigmáticos da teoria crítica e do interpretativismo. Novas perspectivas analíticas para o desenvolvimento contemporâneo podem contribuir para administradores pensarem a organização e as ações públicas que contemplem as pessoas (potencialidades, capacidades) que ocupam o espaço das regiões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como evidenciado neste ensaio teórico, há diferentes enfoques ao tratar do tema desenvolvimento, desde seu conceito à sua aplicação na sociedade e nas organizações. Estes enfoques e reflexões precisam ser aprofundados, para que a busca por novas definições e explicações acerca das teorias de desenvolvimento seja permanente, da mesma forma que são as mudanças verificadas no *milieu*, em especial aquelas advindas da globalização.

Este ensaio apontou diferentes abordagens teóricas do desenvolvimento regional, desvelou que, no seu interior, há pensamentos orientados pela teoria crítica, mas também pelo paradigma interpretativista, além, é claro, do pensamento tradicional, orientado pelo funcionalismo estrutural a partir da concepção do *milieu* como um sistema articulado por agentes, na sua maioria representado pelo Estado. Contudo, não se pode negar que os diferentes conceitos de desenvolvimento permanecerão presentes nos estudos, apesar de que a palavra desenvolvimento nem sempre é utilizada de forma adequada nos mais variados contextos.

Na busca por um conjunto de pensamentos que possam melhor representar estudos sobre o desenvolvimento regional mais harmônico e menos desigual, contemplamos a proposição de David Harvey, mas reconhecemos que há limitações no modelo. Contudo, evidenciamos que o referido estudioso levanta uma importante questão quando acrescenta a espacialidade e a análise espaço na compreensão do desenvolvimento geográfico desigual. Desta forma, existe a necessidade de buscar alternativas que vão além da boa gerência das cidades, por exemplo, que poderia ser pelo viés empreendedor urbano, o qual beneficiaria positivamente

o desenvolvimento econômico.

A ciência da administração pode contribuir explorando empiricamente em que medida as capacidades e as potencialidades das pessoas podem fomentar a disseminação de conhecimentos, na construção de estratégias locais articuladas com uma política regional e na avaliação crítica sobre quais seriam os impactos no *milieu* de cada uma das ações.

Cabe ainda considerar a relevância de cada uma das abordagens teóricas orientadas por apenas um paradigma em contraposição à concepção multiparadigmática, a qual considera diferentes aspectos dos processos indicados na matriz de política regional apresentada por Boisier (1997), os quais são os vetores da descentralização política, do ordenamento territorial, da política de fomento, da coerência inter-regional. Assim é possível perceber e pensar o desenvolvimento regional de uma forma mais ampla, porém de maior relevância à sociedade. Na interpretação de Harvey (2003), dessa forma seria possível reconhecer que o desenvolvimento regional não é estático, pois requer descrição das configurações específicas dos diferentes capitalismos de cada lugar/território/*milieu*/regiões.

Neste ensaio teórico, ficam evidentes novas possibilidades teóricas no campo de pesquisa sobre o desenvolvimento regional, as quais poderão ser articuladas pelos estudos desenvolvidos na área de conhecimento da Administração, em especial pesquisas sobre empreendedorismo regional, contágio empreendedor.

As limitações deste ensaio teórico estão na realização do estudo empírico da proposta, o que significa ir a campo e identificar a correlação das concepções teóricas numa determinada realidade. Outra limitação está na elaboração de um *framework* que possa ser utilizado por pesquisadores, tendo em vista que o ente público pode assumir o papel de agente público na perspectiva, promover um desenvolvimento mais justo, harmônico e menos desigual, contemplando a dimensão empreendedora nesta construção.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Palavras e Sinais: Modelos Críticos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

ARRIGHI, G. Globalização e Desenvolvimento Desigual. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 1, n. 1, p. 1-14, ago./dez., 2007.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

BAUMAN, Z. **Globalização: as Consequências Humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOISIER, S. Em Busca do Esquivo Desenvolvimento Regional: entre a Caixa-Preta e o Projeto Político. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 13, p. 111-143, jun. 1996.

_____. El Vuelo de una Cometa. Una Metáfora para una Teoría del Desarrollo Territorial. **Estudios Regionales**, n. 48, p. 41-79, 1997.

_____. *Post-scriptum* sobre Desenvolvimento Regional: Modelos Reais e Modelos Mentais. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 19, p. 307-343, jun. 1999.

_____. Y si el Desarrollo Fuese una Emergencia Sistémica? **Estudios Territoriales**, n. 138, p. 565-587, 2003.

FAÉ, R.; FLORES, R. K. Os Limites do 'Desenvolvimento Local' e as Possibilidades Abertas pela Abordagem Dialética Proposta por David Harvey para Compreender uma Região. **Gestão e Sociedade**, v. 6, n. 15, p. 407-435, set./dez. 2012.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **The Limits to Capital**. Oxford: Brasil Brackwell Publisher, 1982.

_____. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Spaces of Global Capitalism: towards a Theory of Uneven Geographical Development**. London; New York: Verso, 2006.

_____. Organización para la Transición Anti-Capitalista. **Nueva Época**, ano 23, n. 63, p. 35-58, maio/ago. 2010.

JULIEN, P. A. **Empreendedorismo Regional e a Economia do Conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2010.

LATOUCHE, S. A. **A Ocidentalização do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS, W. **Limites do Crescimento: um Relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

NATAL, J. L. A. Editorial. **Revista de Política Pública**, v. 16, n. 1, p. 11-13, jan./jun. 2012.

NASCIMENTO, E. P.; VIANNA, J. N. (Org.). **Dilemas e Desafios do Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

NICOLAS, D. H. La Región Insoslayable. **Revista Eure**, v. 21, n. 63, p. 33-40, jun. 1995.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, W. (Ed.). **Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como**

Poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **As Pessoas em Primeiro Lugar: a Ética do Desenvolvimento e os Problemas do Mundo Globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico - uma Síntese. **Desenvolvimento em Questão**, n. 1, p. 45-71, jan./jun. 2003.

_____. Desenvolvimento: Ambiguidades de um Conceito Difuso. **Desenvolvimento em Questão**, n. 3, p. 9-26, jan./jun. 2004.

SCHULTZ, T. W. **A Transformação da Agricultura Tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma Investigação sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SMITH, A. **Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações**. Trad. Luis Cristovão de Aguiar. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

THEIS, I. M. Do Desenvolvimento Desigual e Combinado ao Desenvolvimento Geográfico Desigual. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, p. 241-252, dez. 2009.

VARELA, C. A. Chutando a Escada: a Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 4, p. 627-628, 2006.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o Desafio do Século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

**Betina
Beltrame**

Psicóloga. Especialista em Gestão de Pessoas (FEMA). Mestranda em Desenvolvimento (Unijuí). Professora nos cursos de graduação das Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA).

**Denize
Grzybovski**

Administradora. Doutora em Administração (UFLA). Professora Titular na Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis na Universidade de Passo Fundo (FEAC/UPF). Professora Convidada no Programa Stricto Sensu em Desenvolvimento na Universidade Regional do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Pesquisadora de empresas familiares. Membro da rede de pesquisas ORD (UFSC).

**Dieter R.
Siedenberg**

Formado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela UNIJUÍ; Mestrado em Planejamento Regional pela Universität Karlsruhe/Alemanha e Doutorado sobre Desenvolvimento Regional pela Universität Tübingen/Alemanha. Professor no Curso de Administração e Coordenador do Mestrado em Desenvolvimento, ambos da UNIJUÍ.

**Marise
Schadeck**

Graduada em Letras- URI (1998)- Especialista em Língua e literatura hispanoamericana-URI- (2001) Especialista em Gestão de Pessoas-FEMA-(2009) Mestranda em Didáctica de la lengua y literatura-UNR- Graduada em Administração-UNIP. Mestranda em desenvolvimento – Unijuí. Professora nos cursos de Administração e Ciências Contábeis do IESA.

**Ana Luisa
Lorenzon**

Mestranda em Desenvolvimento pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, com Especialização em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva pelo Instituto Federal de Mato Grosso. Coordenadora de Gestão de Pessoas do Instituto Federal Farroupilha - Campus Santo Augusto. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Gestão de Pessoas.